

sobre o Acervo Banco Santos no MAE

Segundo o International Council of Museums (ICOM 2019) o museu é definido como “**instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade** e do seu desenvolvimento, **aberta ao público**, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o **patrimônio material e imaterial da humanidade** e do seu meio envolvente com fins de **educação, estudo e deleite**”.

A partir dessa definição clássica e internacionalmente aceita por todos os países e profissionais vinculados a este órgão, que mantém relações com a UNESCO desde sua fundação em 1946, é possível ressaltar que os testemunhos materiais a que a definição acima se refere colocam a problemática das coleções como a matriz fundante e fundadora de instituições dessa natureza. Ou seja, os museus, criados historicamente a partir de um acervo de coisas materiais das mais variadas áreas do conhecimento humano, constituem a alma e a razão de ser de uma instituição dessa natureza.

Nessa direção, é necessário afirmar que os objetos, ao adentrarem o universo dos museus, tiveram o seu valor de uso original esgotado, tornando-se assim documentos, isto é, suportes de informação e fontes de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Um objeto arqueológico quando adentra uma instituição do tipo museu, tem a sua materialidade física preservada agora como um índice que permite acessar o conhecimento daquela sociedade que já foi extinta e que por meio desse artefato podemos conhecê-la.

Necessário ressaltar também que o objeto musealizado deve ser compreendido como suporte da memória e, portanto, está sujeito à dinâmica social. A memória aqui deve ser compreendida como um processo subordinado à essa dinâmica e construída no presente, ou seja, para atender às demandas do momento em que estamos inseridos e não em um passado remoto ou nostálgico.

Em um texto clássico a respeito do tema das coleções, o famoso historiador e filósofo polonês Krzysztof Pomian publicou, em 1984, uma definição de coleções como sendo “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado e preparado para este fim e expostos ao olhar do público”.

Mesmo sendo uma definição de ordem descritiva é preciso salientar que dela estão excluídas todas as exposições que se constituem em momentos do processo de circulação ou da produção de bens materiais, assim como os objetos formados por acaso, e também aqueles que não estão expostos ao olhar (como os tesouros, por exemplo).

Além disso, tal definição encerra um paradoxo: mesmo sendo mantidas temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, as peças de coleção são submetidas a uma proteção especial, daí serem consideradas objetos preciosos. Ou melhor, possuem valor de troca sem ter valor de uso, visto que são adquiridas não para serem usadas, mas para serem expostas ao olhar, ou seja, fruídas pelo público visitante das instituições museológicas.

Outra discussão fundamental deste autor diz respeito à oposição entre os objetos úteis e os chamados semióforos. Pomian considera que, de um lado, existem os objetos úteis que são aqueles que podem ser consumidos ou que servem para obter bens de subsistência, sendo manipulados e sofrendo modificações físicas visíveis. De outro lado estão os semióforos, que são aqueles que não possuem utilidade, mas que representam o invisível, ou seja, dotados de significado, não sendo manipulados, mas expostos ao olhar e que não sofrem usura.

Essas duas categorias são excludentes, ou seja, nenhum objeto é ao mesmo tempo e para o mesmo observador um objeto útil e um semióforo. Portanto, quanto mais carga de significado tem um objeto menos utilidade possui, e vice-versa. Daí decorre que o objeto no contexto de um museu assume o caráter de semióforo, pois neste cenário os objetos estão expostos ao olhar e representam valores simbólicos e contribuem, portanto, para a socialização do conhecimento humano.

Neste sentido, os museus se configuram como um dos locais por excelência onde residem aqueles objetos que, por representarem valores simbólicos e que permitem acessar o conhecimento, devem acumular semióforos e expô-los à visitação pública.

Nesse sentido, a coleção Banco Santos, atualmente sob a guarda do MAE-USP, não deve ser comercializada nem privatizada sob pena de vermos desaparecer toda a potencialidade de uma coleção de artefatos que nos remetem ao conhecimento profundo dessas sociedades que esses semióforos representam, e que somente uma instituição do tipo museu pode oferecer para o público visitante enquanto experiência original e única.

No caso específico de coleções de objetos arqueológicos o museu, como um dos principais canais de difusão da arqueologia, presta uma maior atenção ao critério expositivo mediante uma reflexão sobre o que queremos comunicar para o público visitante.

Neste sentido, a história dos museus arqueológicos demonstra que o objeto é uma das preocupações da expografia, através da qual se tentou recriar a memória do passado. Nestas últimas décadas estamos assistindo a uma renovação conceitual deste tipo de exposição, com o objetivo de oferecer uma visão interpretativa do objeto no seu contexto. Se formos conscientes de que um dos canais de maior difusão da arqueologia são os museus, é necessário conceber exposições que sejam atrativas e que despertem um grande interesse junto ao público.

Atualmente os museus apostam na difusão da arqueologia, levando em conta os pressupostos teóricos e práticos em que se move esta ciência. Por isso tratam de elaborar exposições didáticas através da apresentação dos diferentes contextos arqueológicos. Esta apresentação requer o emprego de técnicas expositivas que sirvam de referência no momento de reproduzir o contexto original.

As exposições dinâmicas, por sua vez, tratam de apresentar a história do homem como um processo onde as mudanças sociais são evidenciadas e, acima de tudo, problematizadas com o objetivo de que o público possa se colocar criticamente diante daquele módulo ou nicho expositivo.

Se retomarmos a definição apresentada no início deste parecer, de que os museus são instituições permanentes, é necessário afirmar peremptoriamente que este caráter permanente destas instituições depende da existência fundamental de coleções sob a sua guarda e preservação, independentemente de quem seja ou venha a ser o diretor ou responsável por este modelo institucional. Uma vez que permitem a fruição por parte do público visitante, dessa maneira assumem o seu aspecto de organismo social e sobretudo educativo, uma vez que estas instituições são visitadas fundamentalmente pelo público escolar em busca de conhecimento e de novas experiências pedagógicas a partir destes acervos.

Portanto as coleções outrora pertencentes ao extinto Banco Santos não podem deixar de continuar na sede de um museu como o MAE-USP, sob pena de perdermos de uma vez a possibilidade de continuar a reforçar o nosso papel de permitir que o público visitante em geral, e o escolar em particular, acessem o conhecimento via exposições destes semióforos/patrimônio tão importantes para a real experiência de usufruir o conhecimento que somente os museus podem e devem continuar oferecendo.

Em um contexto vivido por todos atualmente, onde o aspecto da virtualização e da fragmentação do conhecimento vem tentando se impor de maneira tão avassaladora, os museus são os locais que permitem o encontro de um público ávido pelo conhecimento com estas referências patrimoniais sob a sua guarda, preservação e socialização. Neste sentido, o caráter público de acesso a esta coleção deve permanecer sob a guarda de uma instituição museológica como o MAE-USP, uma vez que a sua comercialização traria como consequência o desaparecimento de seu potencial como agente de relações da cadeia acervo/patrimônio/socialização/público/fruição do conhecimento, tão próprios a uma instituição do tipo Museu.

Salvemos as coleções e os nossos museus e, dessa maneira, o conhecimento acabará vencendo esta tenaz, mas importante luta que é, antes de tudo, a garantia de que continuaremos a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária que deseja que o público possa acessar esse tão importante acervo patrimonial sob a nossa guarda definitiva. Não podemos deixar de legar às atuais e futuras gerações esse compromisso fundamental de nossas instituições preservacionistas.

Portanto, pelas razões apontadas acima, a coleção arqueológica Banco Santos deve permanecer sob a guarda definitiva do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e permitir que nossa instituição siga o seu papel de socializadora e iluminadora do conhecimento da experiência humana.

Qualquer outro destino dessa coleção seria inoportuno e inadequado diante das razões aqui expostas.

São Paulo, 07 de março de 2021

Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos
Área de Museologia- MAE-USP